

EPPGG



A SERVIÇO DA CIDADANIA

Aula Inaugural
do Curso de
Formação da Carreira
de EPPGG

APRESENTAÇÃO

A aula inaugural da primeira turma do curso de formação de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG e da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, preparada pelo presidente José Sarney e proferida pelo ministro Aluizio Alves, em 1988, é documento de fundamental importância para a carreira, para a ENAP e para a profissionalização da Administração Pública.

A presente publicação reúne de maneira inédita três discursos que são referência obrigatória para os gestores governamentais: além da aula do presidente José Sarney, os pronunciamentos do ministro Aluizio Alves e do presidente da Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP, Paulo Catalano, proferidos na mesma ocasião.

Os textos traduzem as expectativas e as diretrizes para a consolidação da ENAP e da carreira de EPPGGs, ressaltando sua importância para uma gestão pública voltada aos interesses dos cidadãos. Resgatá-los colabora para reforçar a memória e a história dos gestores governamentais, valorizando sua trajetória e seus objetivos.

Vinte e cinco anos após a aula inaugural, os propósitos e os princípios que nortearam a criação da carreira e da ENAP permanecem os mesmos, como ressaltado no discurso presidencial: “todos os atos do governo, do mais solene ao mais rotineiro, devem ter sempre no horizonte, o fim último e a razão essencial do Estado que é a promoção do bem-estar, a garantia de igualdade de chances, do direito à paz, à liberdade e à busca individual de felicidade para todos”.

Diretoria da Anesp

SARNEY DIZ QUE A ENAP SERÁ ESCOLA DE CIDADANIA

Íntegra da aula inaugural da ENAP preparada pelo presidente José Sarney e proferida pelo ministro Aluizio Alves:

A instituição que hoje inicia suas atividades está destinada a desempenhar no Brasil papel semelhante ao que cumpre a renomada Escola Nacional de Administração da França, a prestigiosa ENA, celeiro de estadistas, políticos e administradores daquele grande país.

Assim, ao proferir a aula inaugural da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, neste 11 de agosto de 1988, tenho o sentimento de realizar um ato da maior significação para a história da inteligência brasileira.

A Escola Nacional de Administração Pública, com sua congênere francesa, tem por missão formar quadros administrativos do mais alto nível, dotados de cultura geral, de profundos conhecimentos técnicos e, sobretudo, imbuídos do senso do Estado e do bem público.

Celeiro de estadistas, políticos e administradores, a Escola Nacional de Administração da França, aqui presente na pessoa do seu diretor, Christian Fremont, prestou valiosa cooperação quando da estruturação da Escola Nacional de Administração Pública.

A ENA, criada em 1946 no governo do presidente Charles De Gaulle, povoou a administração francesa de técnicos altamente especializados, dotados no entanto de uma compreensão humanista e integral da realidade, qualidades que os alçaram aos mais altos postos, inclusive à presidência da República.

Recentemente, os franceses tiveram oportunidade de presenciar a transmissão do cargo de primeiro-ministro do líder republicano Jacques Chirac para o novo titular socialista, Michel Rocard, pertencentes a partidos adversários

Chirac e Rocard não permitiram que uma sólida amizade construída nos bancos da ENA fosse abalada por divergências ideológicas.

Naquele momento de grande densidade política, não eram vencedor e vencido que se despediam friamente, mas essencialmente dois servidores devotados à causa pública que cumpriam o sagrado ritual da alternância democrática.

Se Deus o permitir, ainda terei a felicidade de presenciar a investidura de diplomados da ENAP nos mais altos escalões da república.

Daqui sairão gerações nascidas de um processo pioneiro e revolucionário de aprendizagem que contempla o aluno na sua integralidade; que desenvolve seu potencial criativo e suas aptidões individuais; estimula sua capacidade de análise e reflexão; consolida em cada um o equilíbrio, o bom senso e a isenção dentro de elevado padrão ético.

O Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental formado pela ENAP terá formação teórica específica e interdisciplinar que lhe dará cultura geral e profundidade técnica.

Fará também um curso intensivo de Brasil.

A ENAP será um fórum permanente de debates sobre a realidade brasileira, em seus aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais.

Um laboratório de ideias onde se produzirão novos conhecimentos e tecnologias de interesse da administração pública.

Corpos discente e docente desta escola não se fecharão em uma torre de marfim.

A ENAP terá como campo de estudos a própria máquina administrativa federal, empresas, entidades sindicais e associativas, enfim, as forças vivas da sociedade.

Estará em intenso e frequente contato com Universidades, centros de pesquisa e entidades científicas nacionais e internacionais.

Será uma escola de cidadania e responsabilidade porque sua didática é baseada no contato e na intervenção direta sobre a realidade.

Neste sentido, a ENAP segue o ensinamento de Jean Piaget, fundador da moderna psicologia da aprendizagem: "A inteligência nasce da ação".

No contexto da reforma administrativa promovida pela Secretaria da Administração Pública, a ENAP oferecerá os quadros qualificados para a consolidação do Sistema de Carreira do Serviço da União.

O novo Sistema de Carreira é a resposta à grande preocupação do meu governo com a continuidade administrativa.

Não mais se podia tolerar que a cada mudança política a herarquia do serviço público sofresse as mais violentas intervenções, a ponto de comprometer irremediavelmente a eficácia de programas essenciais.

A ENAP será a usina de talentos e competência que abastecerá o ambicioso processo de reforma do Estado e de modernização da economia que o governo federal está promovendo, para fazer face aos impasses econômicos que hoje nos afligem.

O endividamento externo e o déficit público são a face mais visível de um processo que deixa raízes profundas na história das relações entre Estado, capital e trabalho no Brasil.

Necessidades históricas, situações conjunturais e opções estruturais equivocadas dotaram o País de um Estado intervencionista em permanente expansão.

“A história brasileira vem sendo um processo permanente de ampliação de meios do Estado para controlar e intervir na economia e na vida social. Essa tendência terá de ser revertida”

O Estado brasileiro, fundado sobre capitanias hereditárias, nunca se desvinculou totalmente da concepção de governo como um poder concedente e paternalista.

Convivemos ainda hoje com privilégios e isenções descabidas, totalmente incompatíveis com o capitalismo moderno.

No passado, o poder público desenvolveu atividades econômicas fundamentais ao nosso progresso, em áreas em que a iniciativa privada não estava estruturada para atuar.

Realizou investimentos essenciais à soberania, ao desenvolvimento, ao bem-estar social e em setores estratégicos como energia, comunicações, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura urbana e rural, entre outros.

Sobretudo na segunda metade do século, a presença do Estado foi fundamental para garantir a industrialização e a modernização dos equipamentos sociais e de infraestrutura.

Porém, a experiência histórica tem demonstrado que a expansão do Estado não lhe garantiu maior capacidade distributiva nem permitiu mais acesso da comunidade às instâncias decisórias.

Hoje se percebe claramente que a presença excessiva do Estado na economia e na vida do cidadão inibe a iniciativa e sufoca a criatividade.

A história da Inglaterra e dos Estados Unidos tem sido uma história de vigilância legislativa.

Americanos e ingleses aperfeiçoaram-se na arte de restringir o Poder Executivo.

Nós fizemos o trajeto inverso.

A história brasileira vem sendo um processo permanente de ampliação de meios do Estado para controlar e intervir na economia e na vida social.

Essa tendência terá de ser revertida .

É uma exigência da modernidade e um imperativo econômico-social.

Ontem presidi a instalação do Conselho Federal de Desestatização, a instância deliberativa do Programa Federal de Desestatização.

Este programa já iniciou suas atividades, promovendo grupos de trabalho para tomar medidas visando à privatização de dezenas de empresas de porte diversificado.

Além de não mais se justificar, a vinculação dessas empresas ao setor público agrava as despesas públicas e desvia o governo das atividades que lhe são próprias.

A desestatização reduzirá o déficit público e permitirá ao setor privado converter em ativos reais a liquidez de que dispõe, a serviço da atividade produtiva.

O processo de privatização de empresas será transparente e democrático, permitindo que trabalhadores e milhões de brasileiros passem a integrar o conselho acionário de empresas prestigiosas, como a Rede Ferroviária Federal, a Caraíba Metais, a Usiminas e outras.

Medidas desregulamentação da economia, a desburocratização e simplificação de processos administrativos significarão um grande alívio para empresários, trabalhadores, estudantes e todo este povo brasileiro atormentado pelos fantasmas do atestado, da fila, do carimbo e da segunda via, autenticada ou não.

Estou consciente das dificuldades a enfrentar, quando se trata de promover mudanças.

Como disse Machiavel, "... Não há coisa mais difícil de fazer... e mais perigosa a conduzir do que levar a cabo a introdução de novas instituições legais, pois o reformador encontra inimigos em todos aqueles que das instituições antigas se beneficiavam e tíbios defensores em todos os que das novas se beneficiarão."

“A ENAP será uma escola de cidadania porque é baseada no contato com a realidade... e vai oferecer os quadros qualificados para a consolidação do Sistema de Carreira”

“Tal tibieza se deve... à incredulidade dos homens, que não acreditam eficientes as coisas novas senão depois de vê-las submetidas a firme experiência”.

Mas em vez de embarcar no pessimismo de Machiavel, eu prefiro seguir em companhia de Alexis de Tocqueville, para quem “a força coletiva dos cidadãos será sempre mais forte para produzir o bem-estar social do que a autoridade governamental.

“Quando uma administração central pretende substituir completamente o concurso livre dos primeiros interessados, os cidadãos, ela se engana ou quer vos enganar”.

“Um poder central, mesmo esclarecido, por mais sábio que o imaginemos, não pode abarcar sozinho todos os detalhes da vida de um grande povo”.

Conclui o grande pensador francês: “Não será em tais condições que se obterá o concurso da vontade humana, porque esta necessita de liberdade nas suas iniciativas e nos seus passos, e de responsabilidade e nos seus atos”.

“O homem é de tal modo feito, que ele prefere ficar imóvel do que caminhar sem independência em direção a um objetivo que ele desconhece”.

Caros alunos, convoco a todos os senhores a erguer bem alto essa bandeira da liberdade.

Juntos, vamos nos desvencilhar da camisa de força do estatismo e da fúria legiferante e controladora do poder público.

Aos senhores caberá a difícil tarefa de realizar a execução e sistemática da lei pública.

Aos senhores incumbe a responsabilidade pelo aspecto mais visíveis do governo: o governo em ação.

Durante o curso que farão, e na vida profissional, jamais esqueçam desta máxima que deve orientar a vida dos homens públicos: todos os atos de governo, do mais solene ao mais rotineiro, devem ter sempre no horizonte o fim último e razão essencial do Estado que é a promoção do bem-estar, a garantia da igualdade de chances, do direito à paz, à liberdade e à busca individual da felicidade para todos.

Mais do que a “ética da responsabilidade”, que recomendava Max Weber, cabe-lhes aprender as lições da história, para lutar contra o Estado arrogante, que a todos desagrade, e contra a política megalomaniaca, que todos decepciona.

Alunos, cabe a vocês evitar as tentações das hierarquias abusivas ou da tirania burocrática que oprimem em vez de liberar os cidadãos.

Cabe-lhes colaborar com os demais atores sociais para a construção de um projeto nacional que consulte a história, que leve em conta a lição dos fatos e as mudanças impostas nos mecanismos sociais pelo dinamismo de nossa época.

O projeto do Brasil grande, politicamente estável e socialmente justo.

SÓ MÉRITO TERÁ VEZ

Íntegra do pronunciamento do ministro Aluísio Alves:

Tenho a honra de declarar iniciada esta solenidade na qual, em nome de Sua Excelência o Presidente da República, inaugurarei a Escola Nacional de Administração Pública e proferirei aula por ele preparada que me pediu lê-se hoje aqui em fase de imprevista condição de saúde que o obrigou a recolher-se a casa, nesta tarde.

“Com a instalação da ENAP e do CEDAM, a carreira do servidor não dependerá mais do pistolão e do favor”

É um acontecimento importante para a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, importante para a administração pública em geral, direta e indireta, importante para o funcionalismo público em particular, para a juventude que teve tantos motivos para não acreditar no serviço público. Tem agora razões novas, para acompanhar o esforço que se faz no sentido de dar ao Estado brasileiro melhores condições de funcionamento. E a Escola será a matriz de toda a implantação dentro de poucos dias, através de ato legal, do Sistema de Carreira e outras perspectivas para o serviço público civil do Brasil. Eu, neste ato, representando sua Excelência o Presidente da República, quero também em meu nome, em nome da SEDAP, agradecer à FUNCEP, aos diretores e funcionários da ENAP e do CEDAM, todos os esforços feitos para chegarmos a esta hora, que é realmente uma hora importante, como eu dizia. É que são transcorridos 50 anos do primeiro esforço de organização da administração pública brasileira, através da criação do DASP, em 1938. Levamos meio século a organizar, desorganizar, corrigir, errar, acertar e afinal, agora, estamos com a esperança e a confiança de que implantamos instituições e instrumentos que tornaram mais duradouros os efeitos desse trabalho e desse esforço. Eu sempre sustentei de que as três tentativas do Sistema de Carreira, implantados ao longo deste meio

século, fracassaram porque não foram completadas por um eficiente sistema de capacitação de pessoal. As carreiras se faziam na base do julgamento subjetivo das chefias, que por sua vez também não escapavam às influências internas e externas, aos pistolões políticos ou profissionais que terminaram por deteriorar as intensões iniciais das três tentativas das carreiras de serviços de pessoal no Brasil. Agora, e com experiências desses erros, nós pretendemos que as carreiras sejam feitas ou propiciadas na base do mérito do funcionário. À disposição do qual poremos no nível maios alto a ENAP e em níveis menores, os cursos de carreira propiciados ora pela ENAP ora pelo CEDAM, mas de qualquer modo a sua carreira não depende mais nem do julgamento subjetivo das chefias, nem do pistolão, nem do favoritismo, depende dele, da sua capacidade, da sua inteligência, do seu esforço. Acho que isto, num país marcado pelo corporativismo e pelo personalismo – com é da cultura brasileira – é um passo importante que nós estamos dando, passo irreversível no sentido da organização do Estado brasileiro.

Fonte: Revista do Serviço Público, Brasília, ano 43, 116 (3), jul. - out. 1988.

CONQUISTA HISTÓRICA

Íntegra do pronunciamento do presidente da Funcep, Paulo Catalano:

Quando, em 27 de outubro de 1987, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, o Presidente José Sarney assinou os decretos que davam início à Reforma da Administração Pública do País, enfatizou Sua Excelência, no discurso em que assinalava a importância do momento, que o objetivo principal dos atos que acabara de assinar era a valorização do homem, abrindo ao servidor público novas perspectivas e proporcionando-lhe a dignidade profissional porque sempre lutara.

Para atingir essas metas, entre várias e importantes medidas, instituiu-se, em mensagem ao Congresso Nacional, a carreira de técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental e declaravam-se instituídos a Escola Nacional de Administração Pública — ENAP e o centro de Desenvolvimento da Administração Pública — CEDAM, criados por Decreto de 19 de setembro de 1986 e integrados à estrutura da Fundação que tenho a honra de presidir.

Enquanto o CEDAM, no momento com suas atividades em pleno desenvolvimento, objetiva promover o aperfeiçoamento, a especialização, a atualização e reciclagem dos servidores civis em nível gerencial e técnico-operacional, a Escola Nacional de Administração Pública insere-se no papel institucional de preparar técnicos de alto nível, promovendo o planejamento, a coordenação, a execução e a avaliação das atividades de preparação e profissionalização do pessoal civil dos escalões superiores da Administração Pública Federal.

Hoje, estamos implementando uma das mais importantes fases do processo da Reforma Administrativa.

Graças à clarividência de Sua Excelência o Presidente José Sarney, acolhendo e estimulando o empenho do Sr. Ministro Aluizio Alves que, com patriotismo e competência, se entregou ao projeto da Reforma Administrativa como um todo e, em especial, à criação da ENAP e do CEDAM, colocando a serviço de tão significativa tarefa todos os recursos de sua vibrante personalidade e de sua primorosa inteligência, para o êxito final processo que é corolário de sua inabalável convicção, de que somente uma profunda reforma, nas estruturas vigentes, será capaz de dotar o país de uma administração pública de nível elevado, transparente e pronta a oferecer, à população, os serviços que ela reclama e exige.

Após árdua luta, onde as vicissitudes não foram poucas, com obstinação e, até mesmo, com audácia, superando todas as dificuldades que se apresentavam, chegamos ao instante, para esta casa, "HISTÓRICO", de iniciarmos as atividades do primeiro Curso da Escola Nacional de Administração Pública, após um concurso público realizado em todo o país, com mais de 68.000 candidatos inscritos, que se desdobrou em três fases, todas tendo a presidi-las, a lisura, a eficiência e o rigor que se faziam necessários.

É mister e justo que se realce e se enalteça o nível intelectual demonstrado pelos concursandos, notadamente, pelos que alcançaram a classificação almejada, aos quais me dirijo, agora, com minhas felicitações e meus votos de um Curso profícuo e que estejam todos absolutamente conscientes do extraordinário valor da carreira que ora iniciam e o que ela representa de auspicioso para o futuro da Administração Pública Brasileira, sede todos, pois, bem-vindos.

Ainda, por dever de justiça, devo proclamar, neste momento de júbilo para todos nós, o nosso reconhecimento aos eminentes amigos, dirigentes e professores da Escola Nacional de Administração da França e do Canadá pela colaboração que nos foi dada e pela experiência transmitida nesses 24 meses de intercâmbio valioso, com uma assistência quase permanente e que se estendeu até à fase final do concurso.

Desejo, ainda, dizer do orgulho de todos nós da FUNCEP, em haver tido privilégio de, em convênio com a SEDAP e sob o comando do Ministro Aluizio Alves, participarmos na execução do projeto que hoje se materializa com o início dos cursos da ENAP e poder afirmar, junto com S. Exa., que a missão foi cumprida.

Em nome do Conselho Diretor da FUNCEP, de seu corpo técnico e de todos seus servidores, sensibilizado, agradeço a todos os que nos distinguiram, participando desta solenidade e de modo especial, ao eminente Presidente José Sarney, que preside esta solenidade e que dignificará esta Instituição, pronunciando a aula inaugural do 1º Curso da Escola Nacional de Administração Pública, acontecimento que, por sua repercussão futura, se inscreverá, estou certo, como mais um feito a juntar-se a tantos outros que o benemérito Governo de Sua Excelência vem realizando em nossa Pátria.

Por bem se ajustar ao instante em que vivemos, recorro às palavras do então Inspetor Geral de Ensino do Exército, General Pedro Cavalcanti, pronunciadas quando do lançamento da pedra fundamental da Academia Militar das Agulhas Negras: "Aqui fincamos o marco inicial de uma era, de uma força que se projeta no mundo de amanhã, cientes de que são de pouca duração os bens que a virtude não dá ou não preserva".

Rogo a Sua Excelência o Ministro Aluizio Alves que declare inaugurada a Escola Nacional de Administração Pública.

Fonte: Revista do Serviço Público, Brasília, ano 43, 116 (3), jul. - out. 1988.

Ficha técnica

Organização dos discursos: *Jean Alves*

Redação: *Jean Alves*

Edição e revisão: *Nelson Torreão, Daniella Rocha*

Arte: *i-Comunicação*

Tiragem: *mil exemplares*

Brasília, agosto de 2013

Realização:



SBN, Qd. 2, salas 309 e 310, Brasília/DF, CEP: 70040-020,

Telefone: 61 3323-2397

Diretoria 2012-2013

Trajano Quinhões - Presidente

Afonso Pacifico - Diretor de Assuntos Profissionais

Ricardo Vidal - Diretor Administrativo Financeiro

João Granja - Diretor de Assuntos Jurídicos

Nelson Torreão - Diretor de Comunicação e Divulgação

Valmir Dantas - Diretor de Assuntos Parlamentares e Articulação Institucional

Geraldo Horta - Diretor Sociocultural

Jean Alves - Diretor de Estudos e Pesquisas

Eduardo Granha - Diretor Suplente



ANESP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ESPECIALISTAS EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL